

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E CAMINHOS POSSÍVEIS

Juvenal Alves de Sousa Neto¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as perspectivas, desafios e caminhos possíveis para a implementação do desenvolvimento sustentável, com ênfase na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir de uma abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, busca-se compreender os principais entraves enfrentados pelos países e comunidades na internalização das metas propostas pelas Nações Unidas. Os resultados preliminares indicam que, embora a Agenda 2030 represente um avanço em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, persistem barreiras políticas, econômicas e culturais que dificultam a materialização de suas metas, sobretudo em contextos marcados por desigualdades regionais e globais. Além disso, observa-se a necessidade de maior participação social na formulação, monitoramento e adaptação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, de modo a garantir sua efetividade e adequação às realidades locais. Conclui-se que a Agenda 2030 depende de esforços articulados entre os diferentes atores sociais e do enfrentamento das estruturas que perpetuam a exclusão e a degradação ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Agenda 2030. Desigualdades. Participação social. 1638

INTRODUÇÃO

A discussão sobre desenvolvimento sustentável ganhou destaque nas últimas décadas como resposta à crescente preocupação com os limites ecológicos do planeta, a persistência da pobreza e as desigualdades sociais. A Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas em 2015, estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um compromisso global voltado à articulação entre crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental. Este marco internacional sinaliza a tentativa de integrar diferentes dimensões do desenvolvimento em uma agenda comum, propondo metas específicas a serem alcançadas até 2030 por governos, sociedade civil e setor privado.

Entretanto, a implementação efetiva dessa agenda enfrenta diversos desafios estruturais que comprometem sua realização. O problema central examinado neste estudo refere-se à dificuldade de transpor as diretrizes globais dos ODS para ações concretas que considerem as

¹Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica, pelo IFG - Instituto Federal de Goiás - Câmpus/Anápolis.

realidades locais e regionais marcadas por desigualdades históricas, entraves políticos e culturais e limitações econômicas. Em muitos contextos, o desenvolvimento sustentável permanece como um ideal distante, sobretudo quando não há mecanismos eficazes de participação social, monitoramento e adaptação das metas às particularidades de cada território.

Este artigo tem como base uma pesquisa de natureza bibliográfica e qualitativa, voltada à análise das perspectivas e dos obstáculos à concretização do desenvolvimento sustentável. Ao reunir contribuições teóricas e institucionais sobre o tema, o estudo busca compreender os limites e as possibilidades da Agenda 2030, oferecendo contribuições para o debate acadêmico alinhado às necessidades locais. Espera-se que os resultados aqui discutidos contribuam para aprofundar a reflexão sobre os caminhos viáveis para uma transformação social orientada por princípios de equidade, justiça e sustentabilidade.

DESENVOLVIMENTO

Fundamentos e evolução do conceito de desenvolvimento sustentável

Ao longo das últimas décadas, o termo "sustentabilidade" passou a ocupar posição de destaque tanto em debates ambientais quanto econômicos, refletindo uma tentativa de estabelecer relações equilibradas entre os sistemas naturais e as dinâmicas sociais. A partir de uma análise etimológica, Boff (2017) observa que o vocábulo "sustentabilidade", bem como o verbo "sustentar", origina-se do latim "sustentare", cuja tradução para o português conserva o mesmo sentido. Segundo o autor, o conceito pode ser compreendido sob dois enfoques distintos: um de natureza ativa e outro de natureza passiva. No primeiro, são enfatizadas ações externas voltadas à conservação, à preservação, ao fornecimento de suporte e à manutenção de condições que permitam a continuidade da vida e o funcionamento dos sistemas naturais (Boff, 2017). Nesse contexto, a sustentabilidade refere-se a um conjunto de procedimentos que visam garantir que os ecossistemas do planeta permaneçam funcionais e resilientes frente a alterações e potenciais riscos (Boff, 2017).

A segunda interpretação, de caráter passivo, está associada à ideia de equilíbrio e conservação estável, sem degradação progressiva. De acordo com essa leitura, sustentabilidade é expressa pelas ações intrínsecas aos próprios sistemas ecológicos que atuam na preservação das condições que evitam o colapso ambiental (Boff, 2017). Dessa forma, considera-se que a Terra adota mecanismos próprios de autorregulação, capazes de manter a integridade de seus ecossistemas diante de pressões externas (Boff, 2017).

A conceituação amplamente reconhecida de desenvolvimento sustentável teve origem no relatório divulgado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1987. Nesse documento, definiu-se que "Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades" (Nascimento, 2012, p. 54). Essa formulação tornou-se um marco nos debates internacionais sobre meio ambiente e crescimento econômico, ao propor a compatibilização entre progresso social, preservação ambiental e viabilidade econômica em longo prazo.

De acordo com Nascimento (2012), a divulgação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento impulsionou uma extensa discussão no meio acadêmico a respeito do que se entende por desenvolvimento sustentável. O autor considera que esse conceito se tornou um espaço de disputa simbólica, à semelhança do que propõe Bordieu, em que diferentes discursos se manifestam de forma ora antagônica, ora complementar. Essa multiplicidade de significados expressa uma dinâmica de tensões e interesses que envolve atores diversos, como governos, setores empresariais, representantes políticos, movimentos sociais e organizações multilaterais.

Sob outro enfoque, Boff (2017) argumenta que o uso do discurso da sustentabilidade por instituições estatais e empresariais frequentemente se limita a formulações discursivas sem efetiva correspondência prática. Nessa perspectiva, as ações realizadas priorizam a preservação da rentabilidade, o fortalecimento da competitividade e o incentivo à inovação tecnológica, deixando de enfrentar os problemas estruturais subjacentes. A partir disso, o termo "desenvolvimento sustentável" passa a exercer uma função política específica, sendo mobilizado como instrumento para deslocar o foco de questões relevantes, como a desigualdade social em diferentes escalas, a intensificação do aquecimento global e os riscos relacionados à continuidade das condições de vida humana no planeta.

1640

A partir do panorama histórico até aqui apresentado, observa-se que a formulação do conceito de sustentabilidade ocorreu de maneira gradual, em resposta à intensificação das preocupações com os efeitos da atividade humana sobre o meio ambiente. Desde as primeiras referências registradas em práticas de uso racional de recursos florestais na Europa do século XVI, até sua incorporação nos debates internacionais sobre desenvolvimento ocorridos nas décadas de 1970 e 1980 (Meira, 2022), a sustentabilidade foi progressivamente adquirindo novos significados e aplicações.

Inicialmente vinculada à conservação dos recursos naturais com finalidade econômica, essa noção passou por uma reconfiguração importante com a divulgação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, momento em que o termo "desenvolvimento sustentável" foi consolidado em discussões de alcance global. A despeito de sua difusão em documentos oficiais e estratégias institucionais, esse conceito tem sido, em diversas situações, empregado de forma meramente discursiva, especialmente em contextos empresariais e governamentais, em que práticas lucrativas e voltadas à competitividade são mantidas sem o enfrentamento dos problemas ambientais e sociais subjacentes.

A apropriação do discurso da sustentabilidade por atores políticos e econômicos, como observado em estudos anteriores, tende a obscurecer aspectos estruturais relacionados à desigualdade social e aos riscos ambientais, ao mesmo tempo em que enfatiza ações que asseguram a continuidade da rentabilidade e do progresso técnico. Ainda assim, a abrangência do conceito de sustentabilidade e sua constante reinterpretação revelam a existência de disputas entre diferentes setores da sociedade, governos, corporações, organizações multilaterais e movimentos sociais, na tentativa de definir seu significado e estabelecer suas formas de aplicação na prática.

As dimensões da sustentabilidade, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

A sustentabilidade, por sua própria natureza, envolve um conjunto de fatores que não são imediatamente mensuráveis, o que exige uma adequação contínua das suas dimensões de modo a orientar o desenvolvimento na direção pretendida. Tal condução requer que o desenvolvimento sustentável seja concebido como um processo que atravessa múltiplas esferas, sendo necessário considerar variáveis econômicas, políticas, ambientais, sociais, territoriais e culturais. Essa abordagem pressupõe a interconexão entre indivíduos e campos diversos do saber, articulando perspectivas distintas na definição tanto dos meios quanto das finalidades a serem perseguidas (Loureiro, 2014; Sousa; Abdala, 2020).

Com base nessa linha de entendimento, Sachs (2004) propõe uma estrutura composta por diversas dimensões, destacando que a dimensão social está voltada para a construção de uma sociedade orientada por valores não exclusivamente materiais, com a meta de alcançar maior equidade na distribuição de renda e na busca por condições adequadas de vida. No campo econômico, enfatiza-se a importância de práticas que assegurem a utilização eficiente dos

recursos disponíveis, bem como a manutenção de fluxos constantes de investimento, tanto públicos quanto privados. A dimensão ecológica está associada à necessidade de controle sobre os métodos produtivos e aos hábitos de consumo, devendo esses processos ser apoiados por tecnologias que contribuam para a redução de impactos ambientais.

A dimensão espacial está relacionada à promoção de uma ocupação territorial mais equânime, com atenção à relação entre áreas urbanas e rurais, visando uma melhor organização dos assentamentos e das atividades econômicas. Já a dimensão cultural envolve a valorização dos elementos locais presentes nos modelos de modernização e nas formas integradas de organização produtiva no espaço rural (Sachs, 2004).

Observa-se, portanto, que as contribuições de Sachs (2004) não se limitam à apresentação de categorias teóricas, mas incluem também proposições voltadas à formulação de estratégias que dialogam entre si. Essas dimensões são apresentadas como elementos que atuam de maneira articulada dentro de um mesmo sistema, buscando promover formas de equilíbrio no processo de desenvolvimento.

Diante disso, constata-se que o conceito de desenvolvimento sustentável não possui uma definição unívoca, estando frequentemente sujeito a interpretações diversas. A sua implementação pressupõe transformações profundas na forma como se compreende a realidade, nos modos de organização das relações sociais, produtivas e de consumo, bem como nas práticas de gestão.

1642

As reflexões presentes na literatura especializada apontam que o desenvolvimento sustentável se configura como um sistema composto por dimensões distintas, dotadas de complexidade e mutabilidade (Rios; Irigaray, 2005; Almeida, 2012; Barbieri, 2020). Ainda que cada dimensão possua características próprias, trata-se de elementos interdependentes, cuja análise não pode ser realizada de forma isolada. No escopo deste estudo, adota-se a perspectiva das consideradas três principais dimensões da sustentabilidade, ambiental, econômica e social, conforme proposto por Elkington (1997), sob a designação de “triple bottom line”, expressão que, em português, é comumente traduzida como “tripé da sustentabilidade” ou “linha dos três pilares” (Froehlich; Bitencourt, 2016; Dourado; Marques, 2023). Embora outras abordagens considerem um número maior de dimensões, a classificação sugerida por Elkington permanece como uma das referências mais utilizadas nas análises acadêmicas sobre o tema.

A formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ocorreu durante a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em setembro de 2015, constituindo-se como

parte do processo de atualização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). De acordo com a Organização das Nações Unidas no Brasil (2015), os ODS configuram-se como uma mobilização internacional orientada à redução da pobreza e das desigualdades, articulando iniciativas voltadas à melhoria das condições socioeconômicas das populações e à consolidação dos direitos humanos (ONU, 2015).

A estrutura dos ODS baseia-se em objetivos gerais, acompanhados por metas específicas e respectivos indicadores, permitindo o monitoramento contínuo das ações propostas. Essa agenda abrange uma ampla gama de temas considerados centrais para a construção de estratégias voltadas à transformação das realidades sociais. A transição dos ODM para os ODS implicou uma ampliação significativa do escopo de atuação, passando de oito metas estabelecidas no ano 2000 para um total de 17 objetivos e 169 metas direcionadas à promoção do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015; Cardoso; Santos Jr, 2019). Segundo a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU Brasil, 2017), os ODS foram concebidos como elementos interdependentes e não fragmentáveis, buscando integrar, de maneira equilibrada, as três dimensões reconhecidas do desenvolvimento sustentável: a ambiental, a econômica e a social.

Esses objetivos constituem uma diretriz coletiva a ser seguida por governos, setores empresariais e sociedade civil, com vistas à implementação de ações coordenadas até o ano de 2030. A Agenda 2030 prevê, nos anos subsequentes à sua criação, o fomento a políticas e iniciativas direcionadas a áreas consideradas prioritárias para a manutenção e melhoria da qualidade de vida no planeta, a saber: pessoas, meio ambiente, desenvolvimento econômico, estabilidade social e cooperação internacional.

1643

Segundo Menezes e Minillo (2017), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) integram uma agenda abrangente com potencial transformador, cuja efetividade depende da capacidade de adaptar os compromissos internacionalmente acordados às realidades locais. Para que os objetivos sejam efetivamente alcançados, é necessário um processo de internalização que envolva a apropriação local das metas, bem como a participação ativa da sociedade. Os autores destacam que a resignificação dos discursos globais no contexto local, juntamente com o controle social sobre as ações governamentais e o monitoramento do cumprimento das metas, são componentes essenciais desse processo.

Nesse sentido, o êxito na implementação dos ODS está vinculado à construção de um processo participativo tanto na formulação das ações quanto na fiscalização de sua execução. A atuação da sociedade civil pode contribuir de forma significativa para o alinhamento entre as

metas globais e as necessidades específicas de cada território, promovendo a elaboração de políticas públicas mais sensíveis às demandas locais. Tal participação fortalece a legitimidade e a efetividade das estratégias adotadas, garantindo que os princípios do desenvolvimento sustentável se concretizem de maneira equitativa e contextualizada.

Desafios para a Implementação do Desenvolvimento Sustentável

A implementação do desenvolvimento sustentável enfrenta uma série de desafios que refletem as complexas dinâmicas políticas, econômicas e culturais presentes nas sociedades contemporâneas. Ainda que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representem uma agenda globalmente pactuada (ONU, 2015), sua concretização encontra limitações significativas quando transposta para contextos nacionais e locais (Costa, 2018). A própria natureza ampla e integradora dos ODS, que abrange dimensões sociais, econômicas e ambientais, requer articulações institucionais e participativas que nem sempre são viáveis, especialmente em países marcados por desigualdades históricas e por fragilidades democráticas (ONU, 2015; Costa, 2018).

No campo político, um dos principais entraves à efetivação dos ODS reside na descontinuidade administrativa e na falta de comprometimento de lideranças com políticas públicas de longo prazo. Governos frequentemente priorizam ações imediatistas e de apelo eleitoral, em detrimento de estratégias estruturantes e sustentáveis. Segundo Jorge (2017, p. 469), “reflexos da desarticulação governamental e da descontinuidade administrativa, geram a falta de coesão da base normativa”.

Além disso, o controle social e a participação cidadã, apontados por Menezes e Minillo (2017) como elementos fundamentais para o sucesso dos ODS, são muitas vezes negligenciados ou fragilizados por práticas políticas excludentes e centralizadoras. A ausência de mecanismos eficazes de transparência e de fiscalização popular compromete não apenas a implementação das metas, mas também sua adaptação às realidades locais.

Do ponto de vista econômico, o modelo de desenvolvimento ainda predominante em diversas regiões é incompatível com os princípios da sustentabilidade. A lógica do crescimento econômico desenfreado, baseada na exploração intensiva de recursos naturais e na maximização de lucros, gera conflitos com os objetivos de preservação ambiental e de equidade social (Beck; Boff; Cenci, 2022).

Países com menor capacidade fiscal e tecnológica enfrentam maiores dificuldades para investir em transições sustentáveis, sobretudo quando dependem de atividades extrativistas ou de setores altamente poluentes para sustentar suas economias (Denny; Liguori; Thame, 2017). Nesse contexto, a mobilização de recursos financeiros, o acesso a tecnologias adequadas e a cooperação internacional se tornam aspectos centrais, mas nem sempre equitativamente disponíveis, demonstrando o desequilíbrio entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento.

As barreiras culturais também se apresentam como obstáculos relevantes. A implementação do desenvolvimento sustentável demanda mudanças significativas nos hábitos de consumo, nos valores sociais e nas formas de relação com o meio ambiente. Contudo, essas transformações enfrentam resistências em contextos nos quais predomina uma visão antropocêntrica e utilitarista da natureza, ou onde há baixa valorização da diversidade cultural e do conhecimento tradicional. Além disso, práticas sociais excludentes e desigualdades de gênero, raça e classe persistem como fatores estruturantes de uma realidade que contraria os princípios da Agenda 2030 (Santos; Pereira, 2024; Vianna, 2025).

Por fim, é perceptível que as desigualdades regionais e globais agravam os desafios de implementação dos ODS. Em escala global, o acesso desigual a recursos, tecnologias e poder decisório impede que os países mais vulneráveis tenham protagonismo na construção e execução das soluções sustentáveis. Já em nível regional, disparidades internas, como a concentração de riqueza e infraestrutura em determinadas áreas em detrimento de outras, limitam a efetividade das políticas públicas e ampliam as distâncias entre grupos sociais. Essas assimetrias tornam o desenvolvimento sustentável um ideal distante, a menos que haja um compromisso concreto com a justiça social, a equidade territorial e a valorização da diversidade.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, voltada à análise do conceito de desenvolvimento sustentável, suas dimensões e os desafios para sua efetiva implementação. A escolha por esse tipo de pesquisa fundamentou-se na necessidade de reunir, sistematizar e interpretar o conhecimento já produzido sobre o tema, contribuindo para a construção de um referencial teórico atualizado. A abordagem qualitativa se justificou pela natureza interpretativa do problema investigado, uma vez que o desenvolvimento sustentável envolve múltiplas dimensões e perspectivas sociais, econômicas e ambientais, exigindo análise crítica e contextualizada dos conteúdos encontrados (Alonso, 2016).

A pesquisa foi classificada como bibliográfica, por utilizar como fontes principais materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais de organizações nacionais e internacionais. Esta estratégia permitiu o levantamento de diferentes interpretações e abordagens relacionadas ao tema, possibilitando a identificação de avanços teóricos, lacunas e tendências presentes na literatura acadêmica (Santos, 2019).

Segundo Santos (2019), é fundamental que a revisão bibliográfica seja conduzida com um olhar crítico, uma vez que ela sustenta teoricamente a pesquisa. Além disso, ao realizar esse levantamento teórico, pode-se verificar se o objeto de estudo já foi abordado por outros pesquisadores, em que medida e sob quais perspectivas. Esse procedimento proporciona a "oportunidade de se diferenciar das demais pesquisas já realizadas, trabalhando a partir delas, colaborando um pouco mais no avanço dos entendimentos pertinentes ao tema" (Santos, 2019, p. 17).

A coleta de dados bibliográficos foi realizada utilizando bases de dados reconhecidas pela relevância e abrangência na área das ciências humanas, sociais aplicadas e ambientais, como SciELO (Scientific Electronic Library Online), Periódicos CAPES, Scopus, e Web of Science. Também foram consultados documentos de organismos internacionais, especialmente os disponibilizados pelas Nações Unidas (ONU) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por sua centralidade nas discussões sobre sustentabilidade global.

1646

Os principais descritores empregados na busca incluíram as expressões: "desenvolvimento sustentável", "sustentabilidade ambiental", "dimensões do desenvolvimento sustentável", "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", "Agenda 2030", "sustentabilidade social" e "sustentabilidade econômica". A combinação desses termos possibilitou o refinamento dos resultados, garantindo a pertinência e a atualidade dos estudos selecionados. Foram priorizados textos publicados entre 2015 e 2024, com o objetivo de refletir as discussões contemporâneas, em especial aquelas decorrentes da implementação da Agenda 2030.

A análise do material coletado foi realizada de forma interpretativa, com base na leitura crítica e na categorização temática dos conteúdos. Os textos foram organizados em três eixos principais: fundamentos e evolução do conceito de desenvolvimento sustentável; análise das três dimensões da sustentabilidade; e desafios contemporâneos à implementação das práticas sustentáveis. A construção do referencial teórico, portanto, foi um processo contínuo de seleção,

leitura, comparação e síntese das ideias presentes nas fontes, possibilitando a elaboração de um panorama sobre o tema.

A adoção da revisão bibliográfica como método de pesquisa mostrou-se adequada para atingir o objetivo proposto, pois possibilitou identificar contribuições teóricas e empíricas que subsidiaram a análise crítica das estratégias e obstáculos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Além disso, permitiu reunir contribuições para reflexões futuras que ampliem o debate e orientem ações e políticas voltadas à sustentabilidade em diferentes contextos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno do Desenvolvimento Sustentável, perspectivas, desafios e caminhos possíveis demonstra que, apesar dos avanços promovidos pela Agenda 2030 em comparação aos antigos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sua efetividade está diretamente condicionada à capacidade dos governos, das instituições e da sociedade civil em enfrentar os entraves estruturais que persistem em diversas realidades. Barreiras políticas, econômicas e culturais continuam a limitar a implementação das metas de forma equitativa, comprometendo a consolidação de políticas públicas inclusivas e a efetivação de ações que respeitem as especificidades locais. O desenvolvimento sustentável, nesse sentido, exige mais do que compromissos formais: requer transformação real nas estruturas que perpetuam a exclusão e a desigualdade.

1647

Portanto, os caminhos possíveis para concretizar os ODS passam necessariamente por um processo participativo, crítico e transparente, no qual as desigualdades regionais e globais sejam enfrentadas com prioridade. A construção de um mundo mais justo, equilibrado e sustentável só será viável com o envolvimento ativo de múltiplos atores, capazes de adaptar as diretrizes globais às necessidades e realidades locais. Caso contrário, a Agenda 2030 corre o risco de se reduzir a um conjunto de intenções bem formuladas, mas incapazes de promover as mudanças que o desenvolvimento sustentável verdadeiramente requer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. Desenvolvimento sustentável 2012-2050: visão, rumos e contradições. Elsevier Brasil, 2012.

ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In ABDAL, Alexandre et al. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo. São Paulo: SESC/CEBRAP, 2016. p. 8-23.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030. Editora Vozes, 2020.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é-o que não é. Petrópolis/RJ: Editora Vozes (Edição digital), 2017.

CARDOSO, Andreza Soares; SANTOS JR, Roberto Araujo Oliveira. Indicadores de sustentabilidade e o ideário institucional: um exercício a partir dos ODM e ODS. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 1, p. 50-55, 2019.

DOURADO, Ivan Penteado; MARQUES, Ademar. O tripé da sustentabilidade brasileira. *Revista GESTO-Debate*, v. 23, n. 01-30, 2023.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone Publishing, 1997.

FROEHLICH, Cristiane; BITENCOURT, Claudia Cristina. Sustentabilidade Empresarial: um estudo de caso na empresa Arteccla. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 5, n. 3, p. 55-71, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. Cortez Editora, 2014.

MEIRA, Juliana Froede Peixoto. Reflexões sobre o conceito de sustentabilidade: a mudança do pensamento sustentável a partir dos direitos da natureza. In *Direitos da natureza: perspectivas teóricas e aplicabilidades empíricas [recurso eletrônico] / organização Luiz Felipe Lacerda et al.* São Leopoldo: Casa Leiria, 2022. p. 51.

1648

MENEZES, H. Z.; MINILLO, X. K. Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*, v. 18, 2017.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51- 64, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Documentos temáticos:

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 2, 3, 5, 9, 14. 2017. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentostematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html>. Acesso em: 25 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 12 out. 2018.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga; IRIGARAY, Teodoro Hugueney. O direito e o desenvolvimento sustentável. Editora Peirópolis, 2005.

SACHS, I. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Hercules Pimenta. Quero entrar para um mestrado em uma universidade pública: dicas e orientações sobre seus processos e a elaboração de projetos de pesquisa, ação ou intervenção. 2019. Disponível em https://www.academia.edu/35124450/quero_entrar_para_um_mestrado_em_uma_universidade_publica_dicas_e_orientacoes_sobre_seus_processos_e_a_elaboracao_de_projetos_de_pesquisa_acao_ou_intervencao. Acesso em 13 mai. 25.

SOUSA, André Chagas; ABDALA, Klaus. Sustentabilidade, do conceito à análise. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, v. 10, n. 2, p. 146-166, 2020.

COSTA, Melissa Andrade. Como avaliar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Desafios e possibilidades para a agenda global de avaliação. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 3, n. 1, p. 100-123, 2018.

JORGE, Ighor Rafael de. Novas formas de enfrentamento da judicialização da saúde: a Audiência Pública n. 4 e as medidas adotadas nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. BUCCI, Maria Paula Dallari; DUARTE, Clarice Seixas (coordenadoras). Judicialização da Saúde-A Visão do Poder Executivo. São Paulo: Saraiva, 2017.

BECK, Cesar Augusto Moacyr Rutowitsch; BOFF, Murilo Manzoni; CENCI, Daniel Rubens. Cidades Inteligentes: desigualdades, gentrificação e os desafios da implementação dos ODS. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 13, n. 3, p. 565-593, 2022.

1649

DENNY, Danielle; LIGUORI, Carla; THAME, Antonio. Combate à Corrupção e

Sustentabilidade Sócio-Ambiental A Informação e a Participação Social na Construção da Sociedade Global Igualitária. REVISTA INTERNACIONAL DE TRANSPARENCIA E INTEGRIDAD, 2017.

SANTOS, Andreza; PEREIRA, Henrique. Localização da Agenda 2030: promovendo a igualdade de gênero em Humaitá-AM. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 32, n. 125, 2024.

VIANNA, Pedro Henrique Farias. DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS GLOBAIS: o papel da educação na conscientização sobre os ods. Tese de Doutorado. Universidade do Estado da Bahia. 2025.